

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011 – NÚMERO 18:

Aos 27 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, Luís Filipe Silva Garrotes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 17 horas e 46 minutos. Assinalou-se a ausência do Vereador Mário Manuel Pereira Peixinho.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo da tesouraria do dia 26 de Setembro de 2011.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 14, do dia 12 de Julho de 2011. Com as alterações sugeridas pelo Presidente, pela Vereadora Regina Ferreira e pelo Vereador Luís Garrotes, a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção do Vereador Carlos Pereira por não ter estado presente.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Vereador Luís Garrotes referiu-se à realização da Alpiargra, lamentando a escassez de expositores, principalmente do sector agrícola, e a extinção da exposição automóvel na Nave Desportiva, que o Vereador considerava um dos principais atractivos do certame. De resto, o Vereador mencionou algumas irregularidades no funcionamento dos espaços da doçaria e das tasquinhas, dado que ele próprio pôde constatar que os expositores não abriram sempre os seus espaços à hora determinada, o que provocou transtorno aos visitantes, que acabaram por não poder usufruir plenamente do espaço. O Vereador alertou também para o problema da poluição da Vala de Alpiarça, problema que era preocupação recorrente da CDU enquanto estava na oposição, mas que continua sem solução. Ainda sobre o ambiente, o Vereador referiu-se aos problemas dos contentores do lixo, perguntando se já tinha sido resolvido, e reiterou a necessidade de intervir nos caminhos pedonais junto à Vala, que estão num estado de degradação lamentável. O Vereador entende que, apesar de o contexto não ser propício, seria conveniente não abandonar aquela infra-estrutura e tentar mantê-la nos mínimos possíveis de conservação.

Relativamente às obras, o Vereador perguntou se já havia calendário para as obras do telheiro e da portaria na E. B. 2, 3/s. O Vereador mostrou-se reticente no que toca à realização das obras do telheiro com o ano escolar em curso, uma vez que é uma obra com algum grau de perigosidade ambiental dada a composição das telhas.

Por último, o Vereador perguntou se havia alguma novidade relativamente ao protocolo de transferência de competências na área da educação.

Interveio em seguida a Vereadora Regina Ferreira, avançando também com algumas preocupações, nomeadamente no que toca à presença de dois montes de areia no passeio, junto ao Estádio Municipal, situação que já se prolonga pelo menos desde antes do Verão.

O Vereador Luís Garrotes aproveitou a deixa para mencionar que a curva junto do Parque do Carril continua cheia de areia.

Retomando a sua intervenção, a Vereadora Regina Ferreira referiu-se à pouca eficácia do desbaste que se costuma fazer nas árvores existentes no Estádio Municipal, que de cada vez que se cortam voltam a crescer ainda com mais vigor.

Relativamente à Alpiagra, a Vereadora referiu-se à deliberação da Reunião de Câmara relativamente às taxas para utilização dos espaços da Alpiagra pelos comerciantes. A Vereadora teve conhecimento que essa deliberação tinha sido alterada e estranhou, conquanto entenda que essa decisão possa ser uma competência do Presidente, que a alteração não tenha sido comunicada aos vereadores.

No que respeita à discussão em torno do destino a dar ao edifício da Escola das Faias, a Vereadora mostrou-se preocupada, uma vez que entende que se trata de um espaço que merece uma atenção cuidada. A Vereadora é da opinião que se poderia pensar uma solução que tivesse em conta o investimento recente no edifício e as características que fazem dele um lugar preferencialmente destinado a acções educativas. A Vereadora sugeriu por exemplo que se transformasse o espaço, por exemplo, num arquivo escolar.

Ainda relacionado com educação, a Vereadora lamentou o facto de o Presidente ter falado no discurso de inauguração do Centro Escolar no ambiente de crispação que se vivia no anterior mandato entre a direcção da escola e a autarquia. Em todo o caso, quando existe ambiente de crispação, ele é recíproco. A Vereadora não sabe se a anterior Presidente da Câmara, Vanda Nunes, terá sido convidada para a inauguração, mas entende que, sendo a pessoa que esteve no lançamento desta obra, seria mais do que justificado o convite.

O Presidente passou a responder às questões. Em relação à Alpiagra, assunto que já foi abordado pelo Presidente na Assembleia Municipal, o Presidente reiterou a ideia de que as apreciações relativamente ao sucesso do evento estão sempre sujeitas a uma grande dose de subjectividade. Ainda assim, tentando ser o mais objectivo possível, a apreciação geral que o Presidente faz é que a Alpiagra correu bem e teve muitos visitantes, mesmo nos dias de semanas em que não havia espectáculos. Teve também os seus pontos fracos, nomeadamente ao nível da restauração, área em que a crise se faz notar de forma mais veemente, e ao nível das empresas de automóveis, que foram contactadas mas não demonstraram vontade em participar dada a conjuntura pouco propícia ao negócio. O Presidente desvalorizou por isso a ideia de que os expositores de automóveis tenham deixado de vir porque foram deslocados do interior da Nave Desportiva para o recinto da feira. Relativamente aos espectáculos, eles tiveram a assistência habitual, sendo que custaram significativamente menos do que nos anos dos anteriores mandatos socialistas.

Voltando ainda à decisão de acabar com o pavilhão de exposição automóvel no interior da Nave Desportiva para o transformar num espaço de promoção das actividades económicas do Concelho, o Presidente entende que foi uma opção acertada, dado que conseguiu fazer realçar uma das imagens de marca da Alpiagra, que é a presença das empresas de Alpiarça e da região.

No que respeita a irregularidades no cumprimento dos horários de funcionamento dos espaços por parte dos expositores, o Presidente não teve conhecimento de nenhuma situação, mas registou a informação para averiguar o que se passou. A situação do restaurante que o Vereador referiu teve que ver com o falecimento de um familiar do proprietário, que o levou à decisão de encerrar o espaço.

O Vereador Carlos Pereira, embora admitindo que houve alguns erros e algumas falhas, não pode concordar com a opinião do Vereador Luís Garrotes no que respeita à nave desportiva, dado que muito poucos eram os visitantes da exposição automóvel nos últimos anos, situação que se tem invertido com a nova opção.

A Vereadora Regina Ferreira interveio elogiando a opção de criar este ano um novo espaço jovem que, embora um pouco isolado, foi de encontro às expectativas desse grupo etário. Por outro lado, a Vereadora lamentou que algumas das iniciativas que se perderam com a extinção da Feira do Vinho não transitassem para a Alpiagra tornando esta feira mais forte.

O Presidente retomou a palavra para se referir à situação da isenção de taxas para os expositores alpiarcenses. O Presidente explicou que só por lapso é que essa questão não veio a esta Reunião de Câmara para ratificar. A decisão teve que ver com o reconhecimento da necessidade de criar incentivos para os comerciantes de Alpiarça que, de outra forma, dificilmente participariam na Alpiagra. Esta medida vem aliás antecipar outras que o Executivo está a estudar para o estímulo da economia local.

Quanto às questões relacionadas com o ambiente, o Presidente começou por esclarecer que apesar de a CDU sempre ter reiterado a sua preocupação com a situação da Vala de Alpiarça, nunca se considerou que o problema era de fácil resolução. De qualquer forma, quem falha nesta questão não é a Autarquia mas entidades do poder central que têm competências nesta matéria. A Autarquia faz o que lhe compete, comunica às entidades, põe a fiscalização no terreno a verificar alguns aspectos das eventuais descargas, faz pressão junto das outras entidades, etc., de maneira a, em colaboração com quem tem efectivamente competências nesta área, tentar resolver este problema.

Em relação aos contentores do lixo, o Vereador Carlos Pereira explicou que já se procedeu à limpeza sistemática de todos os contentores, o que já não acontecia desde 2005.

Quanto ao caminho pedonal junto à Vala, o Presidente lembrou que desde que a obra foi concluída a Autarquia nunca procedeu à manutenção do espaço, fosse através de intervenção directa, fosse através do cumprimento do contrato que a Câmara firmou, por intermédio da CULT, com uma empresa contratada para o efeito. A empresa alegou incumprimento no pagamento por parte da Autarquia e começou a negligenciar as suas obrigações. Entretanto, este Executivo teve de pagar cerca de 80.000,00 euros à Comunidade InterMunicipal, entidade com quem foi contratualizada a prestação de serviços desta empresa, por trabalhos que nunca chegaram a ser realizados. Pouco mais está ao alcance da Autarquia neste momento. O Presidente acrescentou que não sendo este contrato ruinoso para a Autarquia, como quer crer que não é, é pelo menos muito exagerado, uma vez que a Câmara não tem capacidade para o cumprir. Os cerca de dois mil e quinhentos euros que a Câmara teria de pagar por este serviço podia por exemplo ser canalizado para a contratação de cerca 3 funcionários, assim se pudessem proceder a contratações, que não só resolveriam o problema do caminho pedonal como outros problemas de manutenção de espaços da Autarquia que surgiram na sequência do aproveitamento de fundos comunitários para investimentos para os quais não se equacionou um projecto de manutenção. Em todo o caso, o Presidente afirmou que quando a Câmara tiver possibilidades vai mandar proceder a mais um corte da vegetação daquela área.

Relativamente às obras do telheiro e da portaria, o Presidente informou que a DREL aceitou informalmente na totalidade o encargo com a obra da substituição do telheiro, embora nunca tenha formalizado o contrato, apesar das insistências da Câmara. Quanto aos prazos, a perspectiva é avançar com as obras logo que possível, desde que não em simultâneo com as aulas. O entendimento da Autarquia e da própria Associação de Pais é precisamente que entre a situação actual e o eventual risco ambiental, é preferível avançar o mais cedo possível com as obras. Em todo o caso, tratar-se-á de pedir um parecer a alguma entidade competente na matéria.

No que respeita ao protocolo de transferência de competências na área da educação, o Presidente informou que a situação se mantém no mesmo ponto.

Por último, relativamente às questões do Vereador Luís Garrotes, o Presidente explicou que a curva junto ao Parque do Carril já foi limpa mais do que uma vez, mas que a circulação de tractores e outras maquinarias agrícolas acabam por voltar a inverter a situação. Em todo o caso, tomou nota e mandará proceder a outra limpeza.

Em relação às questões da Vereadora Regina Ferreira, o Presidente começou por registar o alerta no que toca aos dois montes de areia junto do Estádio Municipal e à propagação da espécie de vegetação que a vereadora referiu.

Quanto à escola das Faias, o Presidente adiantou que não há novidades desde a discussão sobre esta matéria na Assembleia Municipal. O Presidente também é da opinião de que se deveriam preservar, sempre que possível, as características do edifício, colocando-o ao serviço da educação, mas a verdade é que nem sempre é possível, e um projecto como um Museu da Escola, como foi sugerido na Assembleia, não é muito viável em Alpiarça, até porque acarretaria despesa que o Município não está em condições de suportar e a rentabilização nunca seria de forma a poder sustentar o próprio funcionamento.

O Vereador Luís Garrotes opinou que, tendo em conta o investimento recente que foi feito no edifício e todo o equipamento que possui de apoio à acção educativa, é uma pena não dar continuidade ao funcionamento do espaço enquanto Jardim de Infância.

O Presidente afirmou compreender e partilhar das preocupações do Vereador relativamente

a Escola das Faias, mas entende que com a mudança as crianças em nada ficaram a perder com a mudança para a antiga E.B. 1 em termos de condições. Trata-se unicamente de rentabilizar o pessoal e os equipamentos, e o facto é que a mudança para a antiga E.B. 1 permite uma gestão muito mais eficaz dos meios e do pessoal.

Relativamente ao discurso do Presidente na inauguração do Centro Escolar, o Presidente afirmou discordar da opinião da deputada Graciete Brito que na Assembleia afirmou ter sido um discurso cheio de ressentimento, pelo menos com muito menos ressentimento do que o dos discursos que foram proferidos noutras ocasiões por presidentes da câmara recentes.

Por último, o Presidente esclareceu que o Executivo tem convidado a Dr^a. Vanda Nunes para vários eventos e que, em relação à inauguração do Centro Escolar, não tem a certeza se foi convidada a título pessoal, mas foi endereçado um convite à CCDR, organismo do qual é Vice-Presidente.

O Vereador Luís Garrotes lembrou a este propósito que já houve alturas em que os trabalhadores da Autarquia eram convidados para estes eventos através da afixação do convite junto dos relógios de ponto, atenção que o Vereador entende ser mais do que justificada.

O Presidente reconheceu essa falha e adiantou já ter dado instruções para que se passe a fazer um convite formal aos trabalhadores.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- Informação Interna nº 220/2011 de 2 de Setembro – Serviço Técnico de Obras – Operação de Destaque nº 4/2011 – Autorização de Destaque Maria Júlia ramalho da Silva Jesus e Vitor Manuel de Jesus Mourato.

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão de certidão de destaque, de acordo com a informação técnica.

VÁRIOS

- Informação Interna nº 89/AS/2011 – Acção Social Escolar – Proposta de Atribuição de Auxílios Económicos.

Deliberado por unanimidade aprovar esta proposta de atribuição de auxílios económicos, conforme informação técnica.

- Proposta – Atribuição de subsídio ao Orfeão da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro.

O Presidente explicou que a pretensão tem como fundamento a actuação do orfeão, a pedido da Câmara, em duas ocasiões: na inauguração do Centro Escolar e na Alpiagra. Atendendo a esta disponibilidade do orfeão para participar nas iniciativas da Câmara e para fazer face à actividade desta secção, o Presidente avançou com a proposta de conceder um subsídio no valor de 500euros.

O Vereador Luís Garrotes entende que os auxílios económicos que a Câmara presta às colectividades são efectivamente para fazer face às despesas com as iniciativas que as associações levam a cabo, como é o caso, e não para fazer face às despesas correntes, mas é da opinião que esses auxílios devem ser suportados num Plano de Actividades que as colectividades devem fazer chegar à Câmara na altura devida. Para além disso, a S.F.A. teve este ano um acréscimo significativo de apoios financeiros por parte da Autarquia. O Vereador valoriza a participação do orfeão nas actividades da Autarquia, mas não percebe como é que fazem uma proposta de apoio sem que especifiquem as despesas que estão inerentes a esta pretensão.

O Presidente lembrou que estas duas iniciativas não estavam previstas e surgiram por convite da Câmara. Este subsídio foi a forma que o Presidente encontrou de compensar o orfeão pela sua participação em dois dias consecutivos nas iniciativas da Câmara.

A Vereadora Regina Ferreira interveio dizendo que entende que quando se estabelece um protocolo entre entidades não se parte do pressuposto que apenas uma das entidades colabore, isto é, que mesmo havendo um protocolo de colaboração a Câmara tenha de pagar um serviço sempre que necessite. Acrescentou ainda que estranha que a Autarquia esteja em situação financeira tão precária e que tal situação justifique que se não faça tanta coisa, mas não se coíbe de dar estes apoios financeiros sempre que lhe são solicitados.

Deliberado por maioria, com duas abstenções dos vereadores Luís Garrotes e Regina Ferreira, conceder um apoio financeiro no valor de quinhentos euros à Sociedade Filarmónica Alpiarcense.

Os vereadores Luís Garrotes e Regina Ferreira fizeram declaração de voto. O seu sentido de voto teve que ver unicamente com a forma como foi apresentada a

proposta, que não apresentava justificação para a despesa. Os vereadores entendem que no momento de aperto financeiro que vivemos torna-se ainda mais premente que as associações apresentem a justifiquem as despesas inerentes à participação nas iniciativas que estiverem em causa.

- Proposta de Edital para concessão das Lojas 4, 5 e 6 do Mercado Municipal – Minuta de Contrato de ocupação de loja no Mercado Municipal.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de Edital.

- Modificação ao Orçamento – Alteração nº 15.

Tomou-se conhecimento.

- Modificação às GOP's – Alteração nº 13.

Tomou-se conhecimento.

PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA

O Presidente propôs a entrada de dois pontos fora da ordem do dia.

- Despacho de Isenção do Pagamento de Taxas – Alpiagra.

O Presidente explicou que se trata de ratificar a sua deliberação de isentar os comerciantes de Alpiarça da taxa de ocupação dos espaços na Alpiagra nas condições que já nesta reunião mencionou.

A entrada do ponto foi aprovada por unanimidade.

O despacho de Isenção de pagamento de taxas na Alpiagra foi aprovado por unanimidade.

- Licença Especial de Ruído – Quinta da Torre

A entrada do ponto foi aprovada por maioria com uma abstenção do Vereador Luís Garrotes.

O Presidente propôs que se deliberasse emissão de licença especial de ruído até às 4h, em vez de até às 5h, como era pretensão da proponente.

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão de Licença Especial de Ruído até às 4h da manhã.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, [.....], a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.